

# ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

A expressão global do Orçamento Geral do Estado para 1971, aprovado em reunião do Conselho de Ministros do passado dia 29 de Dezembro, é a seguinte:

Os impostos directos e indirectos e os mais rendimentos e recursos do Estado no ano de 1971 são avaliados em 32 052 592 893\$00, sendo 24 524 861 893\$00 de receitas ordinárias e 7 527 731 000\$00 de receitas extraordinárias.

São fixadas as despesas ordinárias e extraordinárias do Estado na Metrópole para o ano de 1971 na quantia de 32 049 644 078\$60, sendo as ordinárias de 19 617 946 078\$60 e as extraordinárias de 12 431 698 000\$00.

As receitas dos serviços autónomos são avaliadas no ano de 1971 na quantia total de 2 431 383 300\$00, e em igual importância são fixadas as despesas dos mesmos serviços.

Não obstante os vultosos encargos resultantes da prossecução dos objectivos prioritários estabelecidos na Lei de Meios, o Orçamento para 1971 revela a preocupação de se prosseguir na política de reforçar os meios de acção nos sectores da saúde pública e da educação nacional, para o que foram transferidas para despesa ordinária as dotações destinadas às carreiras médicas e de enfermagem (140 mil contos) e à acção social escolar (130 mil contos).

No que respeita às receitas ordinárias, merece particular atenção, pelo seu volume, a melhoria calculada nos impostos directos e indirectos.

Reunidas as estimativas destas duas classes, que constituem as principais fontes de receita ordinária, obtém-se o valor global de 16 966 900 contos, ou seja, aproximadamente 69,2 por cento do total que se previu para o ano económico de 1971, percentagem esta superior à de 1970 (68,6 por cento).

## MAIOR AUMENTO DE ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO E COM A SAÚDE E ASSISTÊNCIA

A despesa ordinária orçamentada para 1971 aumentou de 1 771 300 contos em relação à soma prevista para 1970, o que corresponde a uma elevação de 9,9 por cento.

Se excluirmos as despesas compensadas em receitas próprias e os encargos com os reajustamentos de vencimentos, verifica-se que o esforço de 1971 para serem dotados os serviços do Estado ultrapassa largamente o dos anos anteriores.

Conforme vem acontecendo nos últimos anos, o Ministério da Educação Nacional apresenta o maior aumento de encargos — 460 600 contos —, mesmo que se deduzam os 130 000 contos transferidos do Plano de Fomento, especificamente destinados à acção social e escolar.

O orçamento foi objecto de vários ajustamentos, verificando-se melhoria em todos os sectores, especialmente vultosos no campo



do ciclo preparatório do ensino secundário, como é natural, em virtude da sua recente criação e necessária expansão.

O outro sector que igualmente revela progresso de encargos de montante elevado é o Ministério da Saúde e Assistência — 324 900 contos. Transitam do Plano de Fomento para a despesa ordinária 140 000 contos.

- **A política económica e financeira do Governo procura objectivos por igual orientados no sentido de incentivar e acelerar o crescimento económico do País**
- **O orçamento para 1971 revela a preocupação de se prosseguir na política de reforçar os meios de saúde e da educação nacional**
- **O sector da Educação e Investigação foi dotado com cerca de 4 milhões e 725 mil contos**
- **As despesas ordinárias com a Saúde foram acrescidas de 325 mil contos**
- **A contribuição do Orçamento para o III Plano de Fomento foi fixada em 4947,2 mil contos, ou seja, mais 575 mil contos que no ano de 1970**
- **Na classe de «Impostos Directos Gerais» assinala-se um aumento global de 882 700 contos. O acréscimo mais expressivo verifica-se na contribuição industrial (+ 350 000 contos)**

### **ACRÉSCIMO DE 1484 MILHARES DE CONTOS NAS DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS**

As despesas de carácter extraordinário previstas no Orçamento Geral do Estado para 1971, elevam-se a 12 431,7 milhares de contos, o que revela um acréscimo de 1484 mi-

lhares de contos em relação ao montante orçamentado para o mesmo sector no ano económico de 1970, representando uma progressão de cerca de 13,5 por cento. Entre as grandes divisões componentes do sector extraordinário registam-se expressivos aumentos, distribuindo-se por «Defesa e Segurança» 680,7 milhares de contos, «III Plano de Fomento», 574,9 milhares de contos e «Outros investimentos», 228,4 milhares de contos.

### **A EXECUÇÃO DO PLANO DE FOMENTO**

No relatório do Orçamento Geral do Estado, afirma-se em dado passo:

«Com o termo do ano económico em curso encerra-se o primeiro triénio de execução do III Plano de Fomento». E mais adiante:

«A revisão do III Plano de Fomento possibilitou, especialmente, fazer o ponto dos estádios de realização dos diferentes projectos e acções programadas e, segundo metas já atingidas, avaliar o grau de investimento que permitirá a intensificação do desenvolvimento económico para alcançar o nível fixado.

Situa-se, necessariamente, o importante sector da despesa extraordinária, que objectiva a execução de empreendimentos previstos no III Plano de Fomento, em nível elevado nas prioridades definidas, e, consequentemente, a reserva de recursos orçamentais para fazer face aos encargos daí derivados tem sido objecto de constante vigilância.

Neste contexto, e definidas que foram as convenientes opções, atribuiu-se às dotações de despesa orçamentadas para execução do III Plano de Fomento, no decurso do ano económico de 1971, o montante total de 4947,2 milhares de contos, que, confrontando com o ano em curso, regista um acréscimo de 574,9 milhares de contos, o que representa cerca de 13,1 por cento. Salienta-se que no critério seguido para orçamentar aquelas despesas foi atendida a antecipação de meios financeiros que proporcionem a previsível intensificação do ritmo de execução de diferentes empreendimentos».

*(Continua na pág. 14)*





O Ministro Sá Viana Rebelo dirigiu às Forças Armadas a sua mensagem de Natal no dia 30 de Dezembro. Disse:

«Ao fim deste ano, algumas conclusões se podem tirar. Em primeiro lugar, a concentração de 70 por cento das verbas militares na mesma mão teve vantagens para a economia dos gastos e para a flexibilidade de verbas, e assim é possível ter nesta altura já encerradas as contas relativas ao ano de 1969, sem «deficit» algum para trás, contrariamente ao que por vezes sucedeu. E se chegarem a bom termo alguns dos esforços que estamos fazendo, em breve se terão liquidado contas importantes em atraso do corrente ano.

«A instrução das tropas e dos quadros será outro sector de atenção especial.

Julga-se indispensável melhorar a qualidade dos quadros existentes com vista ao seu melhor aproveitamento para as operações militares. No próximo ano vai procurar-se pôr de pé a realização de cursos de estados-maiores conjuntos, destinados a familiarizar muitos oficiais dos três ramos com as operações combinadas, com vista a obter-se a maior eficiência nas acções em que intervêm tropas de terra e ar, ou dos três ramos conjuntamente. Passarão a processar-se por forma mais sistemática o que até agora tem exigido bastante imaginação, e pensa-se que aumentará o rendimento das operações».

E mais adiante:

## MENSAGEM DO MINISTRO DA DEFESA

«É certo que o recrutamento para a Academia Militar tanto para o Exército como para a Aeronáutica tem sido deficiente. As medidas tomadas este ano melhoraram apreciavelmente o número de candidatos voluntários. Isto faz-nos admitir que se consiga manter o afluxo de oficiais necessário para garantir a estrutura fundamental do Exército e a Força Aérea embora continuando a preencher a maioria dos quadros de milicianos e parte dos quadros de capitães com oficiais também milicianos, que aliás já estamos a formar directamente conforme legislação publicada este ano.

Não quero deixar passar esta oportunidade sem me referir ao pessoal do quadro de complemento, isto é, aos milicianos.

Os comandos responsáveis têm manifestado ultimamente as suas apreensões pelo estado em que chegam aos cursos de oficiais e sargentos milicianos muitos dos seus instruídos, oriundos das Universidades, de liceus e de escolas técnicas. A subversão procura atingir as Forças Armadas, através das Fontes de recrutamento dos quadros que são os estabelecimentos de ensino. Ora em vários destes estabelecimentos não se consegue ensinar capazmente. São hoje verdadeiros centros de subversão e, mais ainda, centros escolhidos por determinados indivíduos para proclamar ideias contrárias à defesa do nosso Ultramar e à disciplina e coesão das Forças Armadas. O Trabalho de preparação dos cidadãos e da sua educação para as gran-

(Continua na pág. 14)



# Libertação de Terroristas da Guiné

A libertação de cerca de uma centena de antigos elementos terroristas, que se encontram detidos nas instalações penitenciárias da circunscrição dos Bijagós em cumprimento das penas a que haviam sido condenados, foi-lhes pessoalmente anunciado pelo governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, General António de Spínola.

Os presos, num total de noventa e sete indivíduos, pertenciam às guerrilhas do P. A. I. G. C., ou «Partido Africano para a Independência da Guiné e



de Cabo Verde», infiltrados em território português e vindos das bases instaladas por aquela organização terrorista nos países limítrofes. Tinham sido capturados pelas forças de segurança, depois de terem dirigido e executado acções armadas contra as populações civis.

O Governador António de Spínola visitou a instalação prisional, reunindo à sua volta todos os detidos.

Dirigindo-lhes então a palavra o General António de Spínola anunciou-lhes ser intenção do Governo conceder-lhes a liberdade, concessão essa — sublinhou



— «integrada no caminho da reestruturação de uma nova ordem na Guiné que arrancando os alicerces no presente com projecção ao futuro, não tem que contabilizar recriminações nem reminiscências de ressentimentos contraídos no passado.»

O Governador e Comandante-Chefe realçou, ainda, que a liberdade de que desfrutarão «é uma liberdade total, sem qualquer vigilância ou coação, em que será inteiramente concedida ao arbítrio de cada um a opção por um dos dois caminhos possíveis — o re-



torno ao caminho da guerra e da destruição, ou a escolha da construção da paz e do progresso, em que o Governo e o povo da Guiné se encontram empenhados, e cujas realidades eles já conhecem e está patente aos olhos de todos.»

Antes de se retirar, o Governador trocou impressões com diversos dos detidos cuja libertação acabara de anunciar, e que se acercaram do General Spínola para lhe manifestar o seu agradecimento.

Alguns desses elementos haviam ocupado posições de destaque nos

quadros directivos do P. A. I. G. C., mas, durante a sua detenção, integraram-se em actividades de interesse nacional, designadamente colaborando na instrução das crianças.

Eleva-se deste modo já a algumas centenas o número de antigos combatentes do P. A. I. G. C. libertados e chamados a participar na execução de uma política que tem por lema «uma Guiné melhor para todos os guinéus.»

Dias depois, o General António de Spínola deslocou-se a Bissassera, a fim de se avistar com meio milhar de elementos da etnia balanta, que haviam abandonado as suas terras aquando das primeiras acções do terrorismo e que fizeram recentemente a sua apresentação às autoridades.

Aquele meio milhar de balantas encontra-se provisoriamente alojado em Betal, em Bissassema de Baixo e em Nhala, aldeias vizinhas das áreas em que residiam antes da eclosão do terrorismo.

Calorosamente saudado à sua chegada pelas autoridades tradicionais locais, o General António de Spínola foi, em seguida, alvo das ovações da população presente que se afirmou disposta a assumir a parte da responsabilidade que lhe cabe na edificação da Guiné, melhoria do seu futuro e defesa do seu chão.

Dirigindo-se à população, o Governador e Comandante-Chefe salientou que o Governo da província «continuará sempre a acolher todos aqueles que, lado a lado com os seus irmãos guinéus, queiram vir participar na construção do seu próprio futuro dentro do clima de paz e de progresso que a bandeira portuguesa garante», «e que para essa opção — acrescentou — o Governo reconhece a todos os guinéus inteira liberdade.

Por último o General António de Spínola anunciou o plano de melhoramentos a levar a efeito localmente e que inclui a construção de dezenas de casas, uma escola, um posto sanitário, abastecimento de água, fornecimento de espécies mais rentáveis de arroz e a recuperação de terrenos para o seu cultivo.

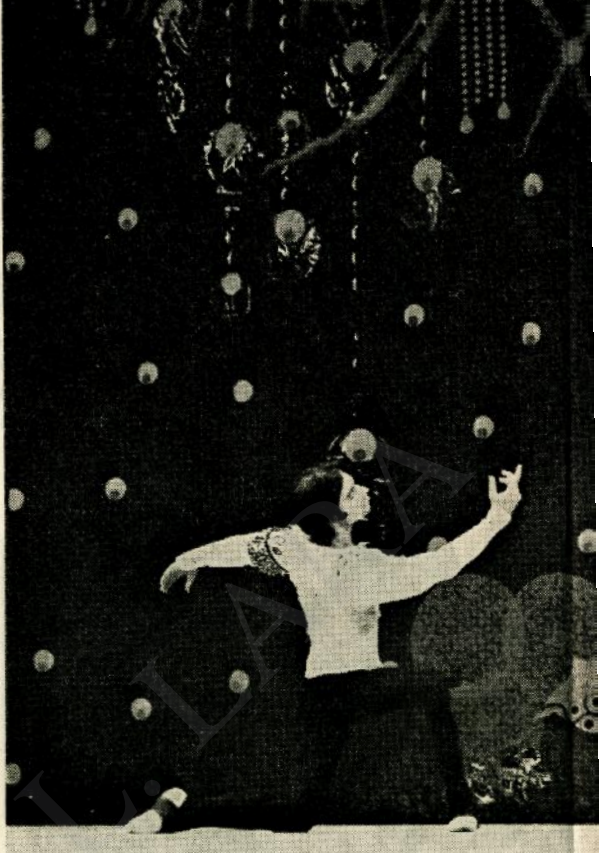


**N**O grande auditório Gulbenkian, estreou-se o bailado «Quebra Nozes» pelo Grupo de Bailado da Fundação.

Criado em 1892, no Teatro Maria de São Petersburgo, «Quebra Nozes» tornou-se, com o andar do tempo, uma das principais obras do repertório tradicional, que viria a ser dançada pelas melhores companhias do mundo. Para esse êxito contribuíram a maravilhosa música de Tchaikowsky, o encanto do argumento de Petipa (extraído de um célebre conto de Fada, da autoria de E. T. A. Hofman) e a bela coreografia de Lef Ivanov.

Nesta sua apresentação — em versão integral — pelo Grupo Gulbenkian, a coreografia foi recriada por Mestre Anton Dolin, autoridade incontestada em matéria de bailado clássico. Por seu turno, as maquetas dos feéricos cenários e figurinos foram desenhadas por Artur Casais segundo uma concepção marcadamente original, baseada no estilo da «Arte Nova».

Interpretando os principais papéis deste bailado estiveram Isabel Santa Rosa, Mar-



# Ballet - O QUEBRA

gery Lambert, Joahne O'hara, Armando Jorge, Patrick Hurde, Ger Thomas, e ainda John Gilpin (do London's Festival Ballet) e Antoinette Sibley (do Royal Ballet, de Londres).

A crítica Manuela de Azevedo escreveu no «Diário de Notícias»:

Valerá a pena, porém, insistir em pormenores coreográficos e de montagem se, no seu conjunto, o espectáculo vem provar que temos hoje capacidade para criar um bailado de tantas responsabilidades? É que, embora a solução do problema da preparação de valores nacionais esteja ainda no seu início, não haverá elogismos e incoerências — se pensarmos que um magnífico pintor subsidiado pela

## pelo GRUPO GULB

Fundação para tirar em Londres um curso de coreografia, aderecista e figurinista não seja chamado a intervir, nos espectáculos de bailado — que já seja possível dançar-se hoje com a qualidade do Grupo Gulbenkian?

Disse-se muito que esta temporada seria decisiva para o progresso da nossa primeira companhia de bailado. E, efectivamente, as-





real — há que corresponder uma promoção espiritual. Com o Verão e a Primavera, o grupo tem de partir para a rua e para o campo, dançando sobre estrados — fê-lo quando era grupo experimental! — para o povo, aquele que não tem posses, nem notícia, nem espírito de iniciativa, nem «coragem», para ir ao belo Auditório da Fundação. É essa a mensagem que se espera do grupo. É para essa mensagem que o grupo monta, eclecticamente, bailados clássicos. Se não for com estes à conquista do público «por fazer», é evidente que a montagem de «Casse-Noisette» se tornará nutil.

# A NOZES

---

## DE BAILADO

# BENKIAN

sim é, se considerarmos que ao eclectismo se soma uma maior capacidade de realização. E a presença de elementos como Armando Jorge, Marjorie Lambert, Joahne O'Hara e Patrick Hurde, ao lado de Isabel Santa Rosa, são razão para crer nos destinos do bailado em Portugal, ao serviço de públicos de todas as camadas. A uma promoção sócio-económica — caótica e arbitrária, é certo, mas





# MELHORAMENTOS na GUINÉ

No Conselho Legislativo da Guiné foi aprovado o plano de acção do Governo para 1971.

Desse vasto plano destacamos os seguintes sectores:

No domínio da agricultura e da pecuária:  
— Realização do primeiro curso de agentes rurais masculinos e continuação do curso de animação rural feminino no qual participam 44 alunas;

— Distribuição de sementes seleccionadas de arroz e de mancarra, ensaio de novas variedades de produtos hortícolas e intensificação das culturas de mandioca, sorgo e batata-doce;

— Ampliação dos viveiros de fruteiras em Bissau, Teixeira Pinto, Prabis, Bafatá e Bolama, instalação de viveiros de capim elefante

- Vai entrar em funcionamento o novo centro emissor e iniciar-se-á a publicação de um jornal local
- Seis novas estradas vão aparecer em 1971
- Centrais automáticas vão ser instaladas em Bafatá, Nova Lamego e Teixeira Pinto
- Concluir-se-á a construção do aeroporto de Cufar e o de Bissau será melhorado
- Ampliação e instalação de viveiros de fruteiras e de palmares na província
- Vai realizar-se a terceira cobertura do território por rasteio tuberculínico e B. C. G.
- Construção de mais instalações escolares

em Bissau e Teixeira Pinto e instalação de viveiros de cajueiros em Prabis, Bubaque, Teixeira Pinto e Bolama.

— Ampliação dos viveiros de palmares e Bubaque e Teixeira Pinto, e aproveitamento dos palmares naturais da província.

Distribuição de 100 veículos de tracção animal e realização de uma campanha de vulgarização a levar a efeito por brigadas técnicas especializadas.

— Conclusão do posto pecuário de Teixeira Pinto.

— Intensificação das campanhas de profilaxia das doenças infectocontagiosas e parasitárias.

— Fomento da criação de gado bovino, suíno e aves de capocira, através da introdução e generalização de novas espécies reprodutoras e intensificação das culturas forrageiras.

No que toca à Assistência Médico-Sanitária:

— Continuação das obras de saneamento no Hospital Central, do edifício para o grupo gerador e das instalações da maternidade de Bissau.

— Construção de um laboratório de análises clínicas, de um pavilhão de psiquiatria e de uma lavandaria, aquisição de um novo grupo gerador, montagem de um aparelho de raios X e continuação de obras de beneficiação no Hospital Central de Bissau.

— Ampliação do Hospital de Teixeira Pinto.

— Conclusão de 7 postos médico-sanitários, apetrechamento de 23 e construção de 26 novos postos.

— Continuação da campanha contra a doença do sono nos concelhos de Gabu, Bafatá, Bissau e Cacheu, abrangendo um total de 160 000 beneficiários.

— Combate ao paludismo e outras endemias pelo sistema de pulverização domiciliária nos subúrbios de Bissau e nos regulados de Costa de Baixo, Tame, Canhobe, Bugulha, Pandim, Canjijassá e Blequisse.

— Continuação da terceira cobertura da província por rastreio tuberculínico, seguida de vacinação BCG.

No sector da Educação e Cultura e Formação da Juventude:

— Ampliação do Liceu Honório Barreto.

— Início da construção da Escola Técnica de Bissau.

— Elaboração do projecto do edifício para o Ciclo Preparatório.

— Construção de 31 postos escolares no interior da província.

— Construção de duas escolas em Bissau, duas no concelho de Bula, cinco no de Bissorã, uma no Farim, duas no de Bafatá e duas no do Gabu, num total de 14 escolas primárias.

— Conclusão da Escola de Artes e Ofícios em Bolama e de um externato na Vila de Teixeira Pinto.

— Apetrechamento de 95 postos escolares com material didático e pedagógico.

— Realização do 3.º curso de aperfeiçoamento de professores de posto.

— Incremento da concessão de bolsas de estudo para o acesso ao ensino superior dos estudantes das famílias economicamente mais débeis.

— Aquisição e distribuição de material didático pelos estudantes mais necessitados.

— Dinamização da actividade da Mocidade Portuguesa por forma a desempenhar cabalmente o seu papel na formação espiritual e física da juventude.



**U**M importante decreto-lei foi publicado no «Diário do Governo», em execução da Lei de Meios para 1971, no qual foram introduzidas alterações importantes no sistema tributário vigente.

Assim, a taxa de contribuição industrial é reduzida de 18 para 15 por cento. Efectivamente, tal medida que representa uma redução de cerca de 500 000 contos no volume total de receitas do Tesouro, tem como finalidade primacial não só estimular os investimentos produtivos e o desenvolvimento das actividades económicas bem como recuperar ou actualizar no campo dos impostos directos, o equilíbrio da sujeição tributária dos rendimentos provenientes das várias fontes.

Como compensação parcial da receita tributária sacrificada com esta medida houve necessidade de ajustar algumas taxas dos impostos incidentes sobre outros rendimentos ou despesas.

O Governo teve todo o cuidado de evitar que os efeitos daqueles ajustamentos incidissem sobre situações ou despesas consideradas como essenciais ou mais necessárias, preocupando-se acima de tudo em dar satisfação a alguns objectivos de política geral e de justiça social.

A taxa de contribuição predial urbana é elevada de 10 para 16 por cento unicamente em relação às rendas de habitações convencionadas a partir de 1 de Janeiro de 1971, havidas como exageradas em relação ao nível médio da capacidade económica da população portuguesa.

No campo das isenções da contribuição predial de casas

próprias, cuja aquisição foi feita por empréstimos de determinadas entidades, fixa-se a sua duração em dez anos para as habitações com valor locativo não superior a 30 000 escudos, e em cinco anos para as que, excedendo este valor, não atinjam mais de 60 000 escudos.

No que diz respeito ao imposto de capitais a taxa é fixada em 18 por cento, com excepção do imposto sobre os juros de depósitos a prazo que se mantém em 15 por cento.

A taxa de imposto sobre os lucros atribuídos aos sócios das sociedades passa a ser de 6.5 por cento.

No imposto do selo são actualizadas as taxas dos vários meios de publicidade e sujeitos a impostos os registos de transmissão de propriedade de veículos automóveis com excepção das transmissões sobre que incida a taxa para o Fundo de Fomento de Exportação.

No imposto de transacções é criada entre as taxas actuais, de 7 e 20 por cento, uma taxa intermédia de 12 por cento para a qual baixam os produtos considerados de maior necessidade e sobre os quais incidia a taxa de 20 por cento.

O diploma termina por referir que no que diz respeito aos impostos indirectos houve o cuidado de não afectar os sectores essenciais da despesa individual e de estabelecer no imposto de transacções um termo médio entre os consumos correntes e sumptuários por forma a corresponder a uma diferenciação realista da vida corrente entre as transacções de produtos que podem ou não ser adquiridos por todos e que ofereçam ainda, no campo da justiça tributária, sensível margem de relatividade na fundamentação das taxas sobre a despesa.

## ALTERAÇÕES AO SISTEMA TRIBUTÁRIO



# NOTÍCIAS da semana

drosa, vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça; e Eng. Santos e Castro, presidente do Município de Lisboa.

As 12 e 12 o Chefe do Estado recebeu os Ministros, militares e os altos comandos dos três ramos das Forças Armadas. O Chefe do Governo, Prof. Marcello Caetano, participou nesta audiência. O Sr. Almirante Américo Thomaz recebeu ainda os cumprimentos dos chanceleres das ordens honoríficas.

## O PRESIDENTE DO CONSELHO RECEBEU PORTUGUESES RESIDENTES EM ESPANHA

No Palácio de S. Bento, o Presidente do Conselho, Prof. Marcello Caetano, recebeu no dia 4, os principais dirigentes da Casa dos Portugueses em Madrid, que foram agradecer-lhe a visita inaugural que efectuou às respectivas instalações quando se deslocou oficialmente à capital espanhola. Estiveram presentes o presidente da direcção em exercício, Sr. Adriano Vivas; o vice-presidente da assembleia-geral, Eng. Vaz de Almeida; o presidente do conselho fiscal, Sr. Mário Ferro; o rev.º padre Manuel Lopes, da comissão do Jornal; o comendador Domingos dos Santos, um dos mais antigos portugueses residentes em Madrid, e alguns dos seus filhos; e o representante da referida Casa em Lisboa, Sr. Manuel Petronilho.

Para além do citado agradecimento, os visitantes deram conhecimento ao Prof. Marcello Caetano, das actividades que a instituição já desenvolveu e pro-



## CUMPRIMENTOS AO CHEFE DO ESTADO

Na manhã do dia de Ano Bom, o Chefe do Estado recebeu, em sucessivas audiências no Palácio Nacional de Belém, diversas personalidades para os cumprimentos de Ano Novo. O Cardeal Patriarca foi a primeira individualidade a chegar. O Prof. Marcello Caetano compareceu depois. Recebido pelo Presidente da República, apresentou ao Supremo Magistrado da Nação as saudações pessoais e as do Governo.

Cerca das 11 e 45 compareceram os presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, respectivamente, Eng. Amaral Neto e Dr. Suplicio Pinto; conselheiro António Ferreira Pe-





jecta levar a cabo em vários campos, nomeadamente, o cultural e social, em tudo procurando reunir à sua volta os portugueses radicados na zona madrileña e estabelecer ainda ligação com os nossos compatriotas dispersos por outras regiões espanholas, fortalecendo contactos e amizades e facilitando também as relações com as entidades do país vizinho. Uma das pro-

cupações dominantes é a de manter o pensamento e o espírito português, estimulando designadamente o ensino da nossa língua aos descendentes dos compatriotas que se encontram a viver em Espanha desde há longos anos. Nessa acção, a Casa dos Portugueses em Madrid oferece ao Governo a mais aberta cooperação e conta também com o seu apoio indispensável.

ções raciais praticadas pelos portugueses em Moçambique constituem um exemplo para o resto da África.

Sproat, deputado pelo círculo de Aberdeen South, fez esta afirmação ao falar aos jornalistas antes de partir para Londres, após uma viagem de 1600 kms. pelo território de Moçambique.

O deputado britânico passou o Natal e o Ano Novo na zona de guerra do Norte como convidado do General Kaulza de Arriaga, comandante das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique.

Afirmou o deputado que os portugueses estão, definitivamente, a ganhar a guerra e que, se ganharem também a guerra para o progresso social, darão mais outro exemplo, desta vez um exemplo a todo o Mundo.

«A política multirracial, tal como é praticada pelos portugueses, constitui um exemplo para toda a África, frisou Sproat.

Durante a sua visita de duas semanas a Moçambique, o deputado esteve no local onde está a ser construída a baragem de Cabora-Bassa e examinou o plano de desenvolvimento do Vale do Zambeze.

A tremenda riqueza potencial, aliada à exploração dos grandes recursos minerais do vale, significará uma grande prosperidade para os povos de todas as raças estabelecidas na área, acrescentou o deputado britânico.



## VISITA DO CHEFE DO ESTADO AO LAR DA PAREDE

Desde há oito anos que o almirante Américo Thomaz, por altura da entrada do Ano Novo, visita, no Sanatório de Santana, em Parede, o bloco onde estão internados militares que, em defesa da Pátria, ficaram fisicamente diminuídos, obra que se deve à devoção e ao espírito humanitário de D. Maria Amélia Pitta e Cunha, actual presidente da Secção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa. O Presidente da República, acompanhado de sua esposa, D. Gertrudes Thomaz, e de sua filha, D. Natália Thomaz, destinou o fim da tarde do dia 1 para essa visita, sempre grata ao seu cora-

ção. Com o Chefe do Estado estiveram os srs. General Sá Viana Rebelo e dr. Baltazar Rebelo de Sousa, respectivamente ministros da Defesa Nacional e da Saúde e Assistência.

Depois do Chefe do Estado e dos membros do Governo e restantes convidados terem visitado as dependências do Lar, instalado desde Novembro de 1962, foi servida uma merenda que proporcionou alguns momentos de convívio com os militares ali em tratamento.

## EXEMPLO PARA O RESTO DA ÁFRICA

O deputado conservador britânico Iain Sproat declarou, em Lourenço Marques, que as rela-

## NOVO POSTO MÉDICO

Entrou em funcionamento o mais moderno e funcional posto médico ligado aos Serviços Médico-Sociais do Ministério das Corporações e da Saúde, o primeiro a ser dotado com serviços adequados de otorrinolaringologia e de oftalmologia, dotados de magníficas instalações, entre as quais uma gigantesca câmara escura com uma mesa rotativa, cujo valor deve orçar por 900 contos. É de cerca de 14 mil o valor total do novo posto.



*Continuação da pág. 4)*

As actividades do sector Educação e Investigação repartem-se por diferentes Ministérios, beneficiando de várias dotações orçamentais do montante global de 937,5 milhares de contos, o que representa um excesso de 68,2 milhares de contos em relação ao ano de 1970.

A política habitacional mereceu especial atenção, pois as dotações orçamentais consignadas a tal fim para 1971 registam um aumento de 142,7 milhares de contos — superior em mais de 56 por cento às dotações para 1970 — em cujo montante estão compreendidos 11,8 milhares de contos com a habitação rural.

Pertinentemente ao sector da Saúde, refere-se que apesar da transferência de encargos no montante de 140 000 contos, verifica-se, ainda, o aumento de 1,9 milhares de contos.

Tal como no sector da Educação igualmente este compreende dotações constantes das tabelas orçamentais dos Ministérios das Obras Públicas, da Educação Nacional e da Saúde e Assistência. Assim, a acção a desenvolver pelo primeiro dos citados ministérios, situada na construção, beneficiação e apetrechamento de infra-estruturas hospitalares e de assistência ou de outro tipo afim, revela, no conjunto, aumentos que atingem 17,6 milhares de contos, absorvendo a Oncologia 17,4 milhares de contos desse acréscimo, o qual visa a intervenção do Ministério nos empreendimentos afectos ao Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil e aos centros anticancerosos.

Ao sector Transportes, Comunicações e Meteorologia atribuiu-se o acentuado acréscimo de 156,5 milhares de contos.

No respeitante ao Turismo e a Hotelaria e relativamente ao montante orçamentado para 1970, regista-se um aumento de 46,9 milhares de contos, o qual se reparte em acções de fomento da indústria hoteleira exclusivamente a cargo do Fundo de Turismo, de Promoção turística, de Formação de pessoal e ainda pela intensificação de obras ligadas a infra-estruturas de interesse turístico.

*(Continuação da pág. 5)*

des tarefas da Pátria, que é de todos, não nos compete só a nós fazê-lo. Mas somos talvez mais sensíveis que outros sectores do País aos perigos que ameaçam a Nação nos seus próprios alicerces. E um desses perigos é a contaminação da juventude por ideias subversivas, por sentimentos antipatrióticos, pela corrupção dos costumes, pela imoralidade degradante. Entre os efeitos imediatos desta derrocada figuraria a deteriorização dos próprios quadros das Forças Armadas, onde os milicianos até agora tão bem têm provado o seu valor na defesa do País contra o inimigo comum da ordem e da soberania.

Tão nefasta é esta acção que ainda há alguns meses desertaram para a Suécia 6 tenentes milicianos, antigos alunos de engenharia da Academia Militar que, nos termos da legislação até há pouco vigente, tiveram de frequentar os 3 últimos anos numa escola de engenharia civil de Lisboa e que, neste estabelecimento receberam a inspiração suficiente para trair a Pátria e fazer no estrangeiro uma torpe campanha contra o seu país e contra os seus camaradas do Exército, onde nunca efectivamente serviram.

Ora, se tal perversão persistir e se desenvolver, teremos de alterar o sistema de formação dos novos oficiais e sargentos de complemento, com base em que o serviço militar começa, para todos, aos 21 anos. Os adiamentos de incorporação são concedidos para estudar, e não para fazer desordens.

Isto deve ficar bem claramente sabido por toda a gente.»

E a terminar acentuou:

«Decorrem normalmente os trabalhos a cargo das diferentes comissões que servem a Aliança no Departamento da Defesa Nacional. Recebemos aqui os mais altos comandantes da O. T. A. N. A nossa contribuição para a causa que nos une aos aliados foi considerada correcta nos últimos relatórios oficiais de Bruxelas, e esperamos assim que na década de 1970 continuemos a concorrer para a manutenção da paz na Europa, com o esforço dos nossos aliados e do nosso também.

E aproveito a oportunidade para repetir que na nossa luta em África não temos tido ajuda militar dos aliados da O. T. A. N., embora os nosso inimigos insistam em afirmar o contrário.

Há dias, em telegrama para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, um representante qualificado da República da Guiné afirmava que um país pouco rico como Portugal só podia manter uma luta em 3 frentes e ainda por cima fazer obras de fomento, desde que tivesse ajuda dos nossos aliados. Pois a verdade é que o que fazemos só a nós o devemos, com gente e acção financeira nossas.»